

Sul América Santa Cruz Participações S.A.
CNPJ 92.664.937/0001-80



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2017. Em 2017, a Companhia obteve lucro líquido de R\$91,7 milhões, frente a lucro líquido de R\$75,7 milhões no exercício de 2016. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante	–	997.023	657.311
Disponível	6	828	821
Caixa e bancos	–	828	821
Aplicações financeiras	7	972.857	633.842
Aplicações financeiras	–	972.857	633.842
Títulos e créditos a receber	–	23.338	22.648
Títulos e créditos a receber	–	1.803	2.170
Dividendos a receber	–	13.639	16.045
Créditos tributários e previdenciários	8	9.222	5.374
Outros	–	474	859
(-) Redução ao valor recuperável	–	(1.800)	(1.800)
Não circulante	–	433.250	374.147
Realizável a longo prazo	–	138.323	136.383
Aplicações financeiras	7	–	245
Aplicações financeiras	–	–	245
Títulos e créditos a receber	–	138.323	136.138
Créditos tributários e previdenciários	8	15.555	19.500
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	122.768	116.638
Investimentos	–	294.915	237.753
Participações societárias	9	294.654	237.490
Outros investimentos	–	284	284
(-) Redução ao valor recuperável	–	(23)	(21)
Imobilizado	–	12	11
Total do ativo		1.430.273	1.031.458

	Notas	2017	2016
Passivo			
Circulante	–	30.431	19.529
Contas a pagar	–	30.431	19.529
Obrigações a pagar	10	22.294	404
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	6
Impostos e contribuições	11	7.754	8.671
Outras contas a pagar	12	383	10.448
Não circulante	–	99.635	103.644
Contas a pagar	–	78.481	83.288
Obrigações a pagar	10	78.481	83.288
Outras ações judiciais	14.2	21.154	20.356
Provisões judiciais	–	21.154	20.356
Patrimônio líquido	15	1.300.207	908.285
Capital social	–	1.137.873	837.896
Reservas de capital	–	(32.990)	(32.990)
Reservas de lucros	–	186.455	116.543
Ajuste de avaliação patrimonial	–	8.869	(13.164)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.430.273	1.031.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

Descrição	Reserva de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio/Deságio em transação de capital de capital	Total da Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Total das reservas			
Saldos em 01/01/2016	551.121	(32.990)	(32.990)	14.496	206.474	220.970	(76.806)	–	662.295
Aumento de Capital conforme AGE do dia 23/02/2016	200.066	–	–	–	–	–	–	–	200.066
Aumento de Capital conforme AGE do dia 19/07/2016	86.709	–	–	–	–	–	–	–	86.709
Dividendos intermediários conforme ARD do dia 11/05/2016	–	–	–	–	(180.134)	(180.134)	–	–	(180.134)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	63.642	–	63.642
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	75.707	75.707
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	3.785	–	3.785	–	(3.785)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	53.941	53.941	–	(53.941)	–
Dividendos obrigatórios - R\$1,38 por ação ON	–	–	–	–	17.981	17.981	–	(17.981)	–
Saldos em 31/12/2016	837.896	(32.990)	(32.990)	18.281	98.262	116.543	(13.164)	–	908.285
Aumento de Capital conforme AGE do dia 22/12/2017	299.977	–	–	–	–	–	–	–	299.977
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	22.033	–	22.033
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	91.688	91.688
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	4.584	–	4.584	–	(4.584)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	65.328	65.328	–	(65.328)	–
Dividendos obrigatórios - R\$1,29 por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(21.776)	(21.776)
Saldos em 31/12/2017	1.137.873	(32.990)	(32.990)	22.865	163.590	186.455	8.869	–	1.300.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Laragotli Lucas, 121 no bairro Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "Cia. SAUDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta, Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2018.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7).

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Auração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

Derivativos: São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros.

3.2.2. Disponível para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Investimentos – participações societárias: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revisitos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 02 anos. Para efeito de apresentação

nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Passivos financeiros circulares e não circulares: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

3.8. Provisões para ações judiciais: 3.8.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamento processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.8.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.9. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.10. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras, registrados com base em estimativas, referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação, o registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e a constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 5 e 7); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões judiciais (nota 14.2); e • Obrigações fiscais (nota 14.3).

3.11. Normas emitidas e revisadas: 3.11.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores.

• Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa;

• Modificações aos IAS 12 / CPC 32 – Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e

• Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) – Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 – Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Resultado de equivalência patrimonial	9	53.308	53.183
Outras receitas e (despesas)	–	66.276	43.059
Despesas administrativas	16.1	(1.333)	(2.072)
Despesas com tributos	16.2	(3.363)	(8.372)
Receitas financeiras	16.3.2	93.189	140.834
Despesas financeiras	16.3.3	(21.970)	(85.878)
Receitas e despesas patrimoniais	–	(247)	(1.382)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	–	–	(71)
Resultado antes dos impostos	–	119.584	96.242
Imposto de renda	17	(20.318)	(15.316)
Contribuição social	17	(7.578)	(5.219)
Lucro líquido do exercício	–	91.688	75.707
Quantidade de ações	–	16.907	13.042
Lucro líquido do exercício por ação	–	5,42	5,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Lucro líquido do exercício	–	91.688	75.707
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
(Perdas) / Ganhos atuariais, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	(116)	–
Efeitos fiscais	18	39	–
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (Perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	7.2	3.347	3.229
Efeitos fiscais	18	(1.138)	(1.098)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	19.901	61.511
Componentes do resultado abrangente	–	22.033	63.642
Resultado abrangente do exercício	–	113.721	139.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)			
Descrição	2017	2016	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	119.584	96.242	
Mais			
Depreciações e amortizações	–	4	
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	15	–	
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	5.132	7026	
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	1.382	
Outros	2	51	
Menos			
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(53.308)	(53.183)	
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(7.867)	(8.364)	
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(130)	(322)	
Atividades operacionais			
Variação de aplicações financeiras	(335.423)	(293.884)	
Títulos e créditos a receber	6.429	7.757	
Dividendos recebidos	16.045	192.734	
Variação de contas a pagar	(7.350)	5.769	
Variação de outras ações judiciais	(4.349)	(5.452)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.113)	(11.868)	
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(2.407)	(2.832)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(284.740)	(64.940)	
Atividades de investimento			
Compra de participações societárias	(15.230)	(19.608)	
Outros recebimentos líquidos	–	44	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(15.230)	(19.564)	
Atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	–	(201.258)	
Aumento de capital	299.977	286.775	
Pagamento de refinanciamento fiscal - REFIS	–	(645)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	299.977	84.872	
Aumento no caixa	7	368	
Caixa no início do exercício	821	453	
Caixa no final do exercício	828	821	
Aumento no caixa	7	368	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

• IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018;

• IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do IFRS 16 / CPC 6 (R2). Com relação à adoção do IFRS 9 / CPC 48, não houve impacto material pela adoção do cálculo da provisão para impairment de ativos financeiros com base na perda esperada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

• Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações às IFRS 1 e a IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018;

• IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018;

• Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018;

• Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2019;

• Alterações ao CPC 36 Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;

• ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018;

• IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019;

• Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, a IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e a IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e

• IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gerenciamento de riscos: O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM)

Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios, especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país.

4.2. Risco de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na gestão de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia.

4.3. Risco de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. A carteira de crédito privado é composta basicamente por emissores da menor categoria de risco possível (classe AAA e AA+) e as cotas de fundo de investimentos administradas por instituições de primeira linha, de acordo com as melhores práticas de mercado.

4.4. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 2017 e 2016.

2017									
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	147.284	90.991	13.334	545.054	167.078	963.741	972.857	9.116	972.857
Valor justo por meio do resultado	147.261	77.393	11.979	95.188	–	331.821	333.506	1.685	333.506
Disponível para venda	23	13.598	1.355	449.866	167.078	631.920	639.351	7.431	639.351
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	13.639	–	–	–	–	13.639	13.639	–	13.639
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.776	–	–	–	–	21.776	21.776	–	21.776

Descrição	2016								
	Sem venci- mento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	137.788	64.765	14.178	321.244	90.888	628.863	633.842	4.979	633.842
Valor justo por meio do resultado	137.766	17.401	1.875	56.010	—	213.052	213.944	892	213.944
Disponível para venda	22	47.364	12.303	265.234	90.888	415.811	419.898	4.087	419.898
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	16.045	—	—	—	—	16.045	16.045	—	16.045

5. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, para a data-base 31/12/2017 e 2016, estão mensurados a valor justo através do resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valor a receber / recebido		Valor a pagar/ pago	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2021	52.000	—	40.087	—	—	—	47	—
Compromisso de venda									
Índices	2017	—	8.857	—	8.857	—	—	—	55

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica “Títulos e créditos a receber”, no ativo circulante e na rubrica “Outras contas a pagar”, no passivo circulante. **5.1. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e opções mantidas em fundos de investimentos exclusivos classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

			2017
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2019	900	8.349
LFT	Março/2020	634	5.877
Total		1.534	14.226

			2016
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Setembro/2020	238	2.004
Total		238	2.004

LFT: Letras Financeiras do Tesouro

5.2. Análise de sensibilidade à exposição em derivativos:

7.2. Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2016	252.933	83.797	336.730
Aplicações	1.863.867	394.700	2.258.567
Rendimentos resgate	210	(6.069)	(5.859)
Principal resgate	(1.912.684)	(101.695)	(2.014.379)
Resultado financeiro	11.485	45.936	57.421

Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.867)	—	(1.867)
Ajuste a valor de mercado	—	3.229	3.229
Saldo em 31/12/2016	213.944	419.898	633.842

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total	
Saldo em 31/12/2016	213.944	419.898	633.842	seu manual de marcação a mercado;
Aplicações	135.751	366.192	501.943	Calculados de acordo com os critérios pelo administrador de cada fundo, s
Rendimentos resgate	2.252	(22.405)	(20.153)	exceto para os títulos e valores mobili
Principal resgate	(45.007)	(169.960)	(214.967)	calculados pelos indexadores pactua
Resultado financeiro	26.567	42.279	68.846	ativos alocados em fundos de investim
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1)	–	(1)	acordo com os níveis de hierarquia cla
Ajuste a valor de mercado	–	3.347	3.347	
Saldo em 31/12/2017	333.506	639.351	972.857	
				8.1. Tributos a compensar/recupera
				Descrição

<p>73. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas abaixo, apresentam o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a variação de um basis-point (ou seja, 0.01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.</p>	<p>Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Programa de Integração Social - PIS/Pasep - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins</p> <p>Total</p> <p>Circulante</p> <p>Não circulante</p>
	<p>Descrição</p> <p>Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Programa de Integração Social - PIS/Pasep - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins</p>

	2017		Total
Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%	Circulante
Pré-fixado	(13)	(2)	
IPCA	28	9	
Renda variável	333	182	
Outros	1	–	
Total	349	189	

Fatores de risco	2016		Descrição
	Var 95%	DV01=0,01%	
Pré-fixado	361	(16)	Provisão para perda em investimentos
IPCA	(1)	—	Provisão para ações judiciais e obrigações
Renda variável	42	—	Redução ao valor recuperável de créditos
Outros	(1)	(11)	Amortização de ágio
Total	401	(27)	Total dos créditos tributários sobre o lucro líquido

<p>4. Critérios adotados na classificação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 1: Títulos de renda variável: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; Títulos de renda fixa – públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e Instrumentos financeiros derivativos – contratos futuros e opções: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. Nível 2: Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF): Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; e (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com</p>	<p>Prejuízos fiscais e bases negativas</p> <p>Total dos créditos tributários</p> <p>Atualizações de depósitos judiciais</p> <p>Ajuste a valor de mercado</p> <p>Total dos débitos tributários</p> <p>Total dos créditos tributários líquidos</p>
	<p>Descrição</p> <p>Provisão para perda em investimento</p> <p>Provisão para ações judiciais e obrigações</p> <p>Redução ao valor recuperável de créditos</p> <p>Outros</p> <p>Total dos créditos tributários sobre o lucro líquido</p> <p>Total dos créditos tributários</p> <p>Atualizações de depósitos judiciais</p> <p>Ajuste a valor de mercado</p> <p>Total dos débitos tributários</p> <p>Total dos créditos tributários líquidos</p>
	<p>As realizações dos créditos tributários dependem de decisão definitiva e o balanço é elaborado com base na Administração da Companhia, composta por:</p> <p>- participações societárias: Em 31/12/2023, a administração da Companhia não possui participações societárias em outras entidades.</p>
	<p>Em 31/12/2023, a administração da Companhia não possui participações societárias em outras entidades.</p>

				2017		
Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Futuro DI	Queda da inflação implícita	Comprado em taxa de juros	DI Futuro na B3	-	(2.606)	(5.438)
NTN-B	Queda da inflação implícita	Compra de NTN-B	Posição à vista	-	1.031	2.108
Efeito líquido no resultado				-	(1.575)	(3.300)

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	2016		
				Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Índice Futuro	Alta do Ibovespa	Venda de Índice Ibovespa	Índice Futuro na B3	-	(2.214)	(4.429)
Renda Variável	Queda do Ibovespa		Posição à vista	-	2.338	4.553
Efeito líquido no resultado				-	124	124

6. Disponível: Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2017	2016
Contas bancárias	828	821
Total	828	821
Circulante	828	821

7. Aplicações financeiras: 7.1. Composição das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			2017
Descrição	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de renda fixa - privados	—	—	277.502	284.814		284.814
Debêntures						
Pós-fixado CDI	—	—	13.589	13.600	105,5%CDI	13.600
Letras financeiras	—	—	263.913	271.214	115%CDI	271.214
Títulos de renda fixa - públicos	—	—	354.396	354.506		354.506
Letras financeiras do tesouro	—	—	274.229	274.230	SELIC	274.230
Letras do tesouro nacional						
Pré-fixado	—	—	80.123	80.234	9,37%a.a.	80.234
Notas do tesouro nacional						
Série B - Pós-fixado IPCA	—	—	44	42	IPCA + 3,89%a.a	42
Títulos de renda variável	—	—	22	31		31
Ações	—	—	22	31		31
Cotas de fundos de investimentos	331.821	333.506	—	—		333.506
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	114.785	114.785	—	—		114.785
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	217.036	218.721	—	—		218.721
Letras financeiras	37.007	38.227	—	—	115%CDI	38.227
Letras financeiras do tesouro	35.681	35.676	—	—	SELIC	35.676
NTNB - IPCA	37.542	38.012	—	—	IPCA + 4,67%a.a	38.012
Operações compromissadas	74.329	74.329	—	—	SELIC	74.329
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	4.385	4.385	—	—		4.385
Cotas de fundos de investimentos em ações	28.129	28.129	—	—		28.129
Outros	(37)	(37)	—	—		(37)
Subtotal	331.821	333.506	631.920	639.351		972.857
Percentual total contábil		34,28%		65,72%		100,00%
Total						972.857
Circulante						972.857

2016						
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa - privados	—	—	296.968	301.149		301.149
Debêntures						
Pós-fixado CDI	—	—	12.294	12.294	105,5%CDI	12.294
Letras financeiras	—	—	284.674	288.855	114,22%CDI	288.855
Títulos de renda fixa - públicos	—	—	118.821	118.721		118.721
Letras financeiras do tesouro	—	—	118.778	118.682	SELIC	118.682
Notas do tesouro nacional						
Série B - Pós-fixado IPCA	—	—	43	39	IPCA + 3,89%a.a	39
Títulos de renda variável	—	—	22	28		28
Ações	—	—	22	50		50
Ajuste a Valor recuperável	—	—	—	(22)		(22)
Cotas de fundos de investimentos	213.052	213.944	—	—		213.944
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	103.555	103.555	—	—		103.555
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	109.497	110.389	—	—		110.389
Depósito a prazo com garantia especial do FGC						
Pós-fixado CDI	5.319	5.319	—	—	115%CDI	5.319
Letras financeiras	33.182	34.097	—	—	115%CDI	34.097
Letras financeiras do tesouro	24.746	24.723	—	—	SELIC	24.723
Operações compromissadas	12.040	12.040	—	—	SELIC	12.040
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	9.185	9.185	—	—		9.185
Cotas de fundos de investimentos em ações	12.859	12.859	—	—		12.859
Outros	12.166	12.166	—	—		12.166
Subtotal	213.052	213.944	415.811	419.898		633.842
Percentual total contábil		33,75%		66,25%		100,00%
Outras aplicações						245
Total						634.087
Circulante						633.842
Não circulante						245

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

	2017		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor Justo por meio do resultado	148.017	185.489	333.506
Disponível para venda	354.537	284.814	639.351
Total	502.554	470.303	972.857

Descrição	2016		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor Justo por meio do resultado	36.762	177.182	213.944
Disponível para venda	118.749	301.149	419.898
Total	155.511	478.331	633.842

8. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2017	2016
Tributos a compensar/recuperar (nota 8.1)	13.694	9.718
Créditos tributários (nota 8.2)	29.134	29.490
Débitos tributários (nota 8.2)	(18.051)	(14.334)
Total	24.777	24.874
Circulante	9.222	5.374
Não circulante	15.555	19.500

Saldo em 01/01/2016	Adição	Atualização monetária	Baixas / Compensações	Saldo em 31/12/2016
6.442	6.454	169	(4.723)	8.342
849	39	44	(108)	824
74	4	109	(9)	178
21	19	—	(39)	1
373	—	—	—	373
7.759	6.516	322	(4.879)	9.718
				3.592
				6.126

Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Baixas / Compensações	Saldo em 31/12/2017
8.342	10.523	102	(6.677)	12.290
824	—	26	—	850
178	4	2	(4)	180
1	20	—	(20)	1
373	—	—	—	373
9.718	10.547	130	(6.701)	13.694
				9.222
				4.472

demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da

Saldo em			Saldo em
01/01/2016	Constituição	Realização	31/12/2016
551	–	(1)	550
26.119	2.401	(49)	28.471
34	470	(35)	469
63	–	(63)	–
(145)	–	145	–

26.622	2.871	(3)	29.490
8	-	(8)	-
26.630	2.871	(11)	29.490
(10.250)	(2.815)	128	(12.937)
(299)	668	(1.766)	(1.397)
(10.549)	(2.147)	(1.638)	(14.334)
16.081	724	(1.649)	15.156

Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
550	—	—	550
28.471	2.059	(2.454)	28.076
469	—	—	469
—	39	—	39
29.490	2.098	(2.454)	29.134
29.490	2.098	(2.454)	29.134
(12.937)	(2.626)	47	(15.516)
(1.397)	(1.680)	542	(2.535)
(14.334)	(4.306)	589	(18.051)
15.156	(2.208)	(1.865)	11.083

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. **9. Investimentos - participações societárias:** Em 31/12/2017 e 2016, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

→ continuação									
Sul América Santa Cruz Participações S.A. CNPJ 92.664.937/0001-80									
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP									
Descrição									
Saldo em 01/01/2016	320.933								
Equivalência patrimonial	53.183								
Ajustes de avaliação patrimonial	61.511								
Dividendos	(198.137)								
Saldo em 31/12/2016	237.490								
Equivalência patrimonial	53.308								
Ajustes de avaliação patrimonial	19.901								
Juros sobre capital próprio	(16.045)								
Saldo em 31/12/2017	294.654								
2017									
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP									
Descrição									
Ativo	1.110.745								
Passivo	798.562								
Patrimônio líquido	312.183								
Receita líquida	93.693								
Lucro líquido do exercício	56.481								
Percentual de participação (%)	94,3850%								
Valor contábil do investimento	294.654								
Quantidade de ações ordinárias	353								
2016									
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP									
Descrição									
Ativo	1.018.734								
Passivo	767.116								
Patrimônio líquido	251.618								
Receita líquida	88.699								
Lucro líquido do exercício	56.347								
Percentual de participação (%)	94,3850%								
Valor contábil do investimento	237.490								
Quantidade de ações ordinárias	353								
13. Partes relacionadas: 13.1.Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:									
Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo				
			2017	2016	2017	2016			
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (f) (g)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	13.639	16.045	–	10.058			
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	21.776	–			
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	28	30			
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	56	61			
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–			
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	57	–	–	13			
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (h)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	736	86	–			
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	–	–	–	–			
Total			13.696	16.781	21.946	10.162			
Receita Despesa									
			2017	2016	2017	2016			
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (e) (f) (g)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	–	–	–	–			
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	–	–			
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(334)	(266)			
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	(678)	(539)			
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	1	–	–			
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–			
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (h)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(232)	(252)			
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	–	–	(36)	(33)			
Total			–	1	(1.280)	(1.090)			
(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Refere-se aos compromissos mobiliários entre a cias do grupo; e (h) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica (para efeitos de comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016).									
Os montantes de dividendos recebidos e pagos pela Companhia, em 2017, estão demonstrados a seguir:									
		Dividendos e JCP recebidos		Dividendos Pagos					
		2017	2016	2017	2016				
Cia Saúde		–	–	–	201.258				
Sulacap		16.045	192.734	–	–				
Total		16.045	192.734	–	201.258				
13.2. Remuneração da administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 14. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 14.1. Depósitos judiciais e fiscais: Em 31/12/2017 e 2016, os depósitos judiciais e fiscais, assim como a provisão para ações judiciais e obrigações fiscais, são compostos conforme demonstrado a seguir:									
Descrição			2017	2016					
Tributárias:									
COFINS			256	244					
PIS			81.508	77.475					
CSLL			8.132	7.683					
IRPJ			7.684	7.487					
Outros			2.965	1.357					
Subtotal			100.545	94.246					
Previdenciárias:									
INSS			21.382	21.706					
Trabalhistas e cíveis:									
Ações trabalhistas			841	605					
Ações cíveis			–	81					
Subtotal			841	686					
Total			122.768	116.638					
Não circulante			122.768	116.638					
14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:									
		Saldos em	Atualização Pagamentos /		Saldos em				
Descrição		01/01/2016	Adições	monetária	baixas	31/12/2017			
Tributárias: (a)									
PIS	57.161	–	4.300	–	61.461				
COFINS	227	–	15	–	242				
CSLL	5.839	–	417	(812)	5.444				
IRPJ	4.939	–	348	–	5.287				
Honorários	1.120	70	65	(37)	1.218				
Outros	9.709	–	330	(4)	10.035				
Subtotal	78.995	70	5.475	(853)	83.687				
Previdenciárias:									
INSS	18.406	–	1.551	–	19.957				
Subtotal	18.406	–	1.551	–	19.957				
Total	97.401	70	7.026	(853)	103.644				
Não circulante						103.644			
		Saldos em	Atualização Pagamentos /		Saldos em				
Descrição		31/12/2016	Adições	monetária	baixas	31/12/2017			
Tributárias:									
PIS	61.461	-	3.019	-	64.480				
COFINS	242	-	11	-	253				
CSLL	5.444	-	316	-	5.760				
IRPJ	5.287	-	266	-	5.553				
Honorários	1.218	98	127	-	1.443				
Outros	10.035	-	202	(9.245)	992				
Subtotal	83.687	98	3.941	(9.245)	78.481				
Previdenciárias:									
INSS	19.957	6	1.191	-	21.154				
Subtotal	19.957	6	1.191	-	21.154				
Total	103.644	104	5.132	(9.245)	99.635				
Não circulante						99.635			
(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2017 são de R\$78.481 (R\$83.288 em 2016), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 10); 14.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2017 e 2016 são: PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as ações reputam como remota a probabilidade de perda em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretratatividade e possível em relação aos demais aspectos. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Sul América Bandeirante									
10. Obrigações a pagar:									
Descrição			2017	2016					
Obrigações fiscais (Nota 14.3)			78.481	83.288					
Parcelamento - REFIS (a)			281	265					
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			21.776	–					
Demais			237	139					
Total			100.775	83.692					
Circulante			22.294	404					
Não circulante			78.481	83.288					
(a) Refere-se ao parcelamento instituído pela Receita Federal dos valores devidos relativos ao IRPJ, CSLL e FINSOCIAL, os quais encontravam-se em discussão na esfera administrativa e judicial. 11. Impostos e contribuições:									
Descrição			2017	2016					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ			4.134	4.543					
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL			1.743	1.899					
Contribuições PIS e COFINS			1.871	2.229					
Outros			6	–					
Total			7.754	8.671					
Circulante			7.754	8.671					
12. Outras contas a pagar:									
Descrição			2017	2016					
Compromissos mobiliários a pagar (a)			85	10.189					
Contas a pagar diversas			298	259					
Total			383	10.448					
Circulante			383	10.448					
(a) O saldo de 2016 refere-se, basicamente, ao preço contingente contratual na aquisição da SULACAP. No dia 29/05/2017 houve pagamento da última parcela de earn out no valor de R\$15.230, sendo R\$10.058 referentes ao saldo de 2016 e R\$5.171 referentes à atualização monetária.									
por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 15.4. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de sua controlada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 15.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 28/04/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$17.980.513,63 (em reais), aos quais foram imputados os dividendos intermediários aprovados pela reunião de Diretoria realizada em 11/05/2016. 15.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2017 e 2016, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:									
Descrição			2017	2016					
Lucro antes dos impostos			119.584	96.242					
(-) Impostos e contribuições			(27.896)	(20.535)					
Lucro líquido do exercício			91.688	75.707					
Constituição da reserva legal (5%)			(4.584)	(3.785)					
Lucro líquido ajustado			87.104	71.922					
Dividendos obrigatórios:									
25% do lucro líquido ajustado			21.776	17.981					
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios			–	17.981					
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos			21.776	–					
Destinação:									
Constituição de reserva estatutária			65.328	53.941					
A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. 16. Detalhamento das contas de resultado: 16.1. Despesas administrativas:									
Descrição			2017	2016					
Pessoal próprio			(8)	(29)					
Localização e funcionamento			(700)	(782)					
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais			(917)	(915)					
Outros			292	(346)					
Total			(1.333)	(2.072)					
16.2. Despesas com tributos:									
Descrição			2017	2016					
COFINS			(4.927)	(7.049)					
PIS			(866)	(1.223)					
Outros			2.430	(100)					
Total			(3.363)	(8.372)					
16.3. Resultado financeiro: 16.3.1. Resultado financeiro por categoria:									
Descrição			2017	2016					
Títulos e valores mobiliários			68.846	57.421					
Valor justo por meio do resultado			26.567	11.485					
Disponível para venda			42.279	45.936					
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais			8.518	1.104					
Juros de mora			–	(34)					
Outros			(6.145)	(3.536)					
Total			71.219	54.955					
16.3.2. Receitas financeiras:									
Descrição			2017	2016					
Valorização de quotas de fundos de investimentos			42.301	84.977					
Títulos de renda fixa - Privados			32.551	36.975					
Títulos de renda fixa - Públicos			10.361	9.386					
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais			7.810	8.364					
Outras			166	1.132					
Total			93.189	140.834					
16.3.3. Despesas financeiras:									
Descrição			2017	2016					
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados			(16.367)	(73.917)					
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais			708	(7261)					
Juros de mora			–	(34)					
Outras			(6.311)	(4.666)					
Total			(21.970)	(85.878)					
17. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:									
		2017		2016					
		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social				
Descrição			2017	2016					
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	119.584	119.584	96.242	96.242					
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(29.896)	(10.763)	(24.061)	(8.662)					
Correntes:	25%	9%	25%	9%					
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%					
Adições:									
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	(379)	(1.765)	(636)					
Provisão para redução ao valor recuperável	–	–	(345)	(124)					
Despesas não dedutíveis	(409)	(147)	(185)	(67)					
Juros sobre capital próprio	(4.011)	(1.444)	(4.719)	(1.699)					
Outras	(38)	(22)	–	(39)					
Subtotal	(4.458)	(1.992)	(7.014)	(2.565)					
Exclusões:									
Resultado positivo de equivalência patrimonial	13.327	4.798	13.296	4.786					
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	773	–	–	–					
Atualização de depósitos judiciais	1.899	684	2.061	742					
Outras	–	–	24	1					
Subtotal	15.999	5.482	15.381	5.529					
Redução de incentivos fiscais	706	–	730	–					
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(17.649)	(7.273)	(14.964)	(5.698)					
Diferidos:									
Reversão - Créditos tributários de prejuízos fiscais / base negativa	–	–	–	(9)					
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	(773)	401	2.109	760					
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(1.896)	(683)	(1.976)	(711)					
Constituição / (reversão) - Contingências	–	–	(485)	439					
Constituição - Redução ao valor recuperável	–	(23)	–	–					
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(2.669)	(305)	(352)	479					
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(20.318)	(7.578)	(15.316)	(5.219)					
Alíquota efetiva	16,99%	6,34%	15,91%	5,42%					
Alíquota efetiva combinada			23,33%	21,33%					
18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:									
		Ativos financeiros disponíveis para venda		Plano de pensão de benefício definido		2017			
Descrição			2017	2016					
Base de cálculo			3.347	(116)	3.231				
Imposto de renda			(837)	29	(808)				
Contribuição social			(301)	10	(291)				
Total			(1.138)	39	(1.099)				
Líquido			2.209	(77)	2.132				
2016									
		Ativos financeiros disponíveis para venda		Plano de pensão de benefício definido		Total			
Descrição			2017	2016					
Base de cálculo			3.229	–	3.229				
Imposto de renda			(807)	–	(807)				
Contribuição social			(291)	–	(291)				
Total			(1.098)	–	(1.098)				
Líquido			2.131	–	2.131				
Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretor Vice-Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos. Diretor: Laenio Pereira dos Santos. Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7.									

→ continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demontrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Santa Cruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

ROMBO MENOR

Governo central teve déficit primário superior a R\$ 19 bilhões em fevereiro

Total de R\$ 19,293 bilhões registrou no mês passado melhor desempenho para o mês desde 2015

As contas do governo central registraram um déficit primário de R\$ 19,293 bilhões em fevereiro, o melhor desempe- nho para o mês desde 2015. Em relação ao ano passado, o rombo diminuiu 28,8%, o que significa uma diferença de R\$ 7,8 bilhões. O resultado reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdên- cia Social e do Banco Central. O resultado do segundo mês do ano foi melhor do que a mediana das expectativas do mer- cado financeiro, que apontava um déficit de R\$ 21,200 bilhões, de acordo com levantamento junto a 21 instituições financeiras. O dado do mês passado ficou dentro do intervalo das estimativas, que estava entre déficits de R\$ 31,000 bilhões a R\$ 8,530 bilhões. No primeiro bimestre deste ano, o resultado primário foi de superávit de R\$ 11,763 bilhões, o melhor resultado para o período

desde 2013. Em igual período do ano passado, esse mesmo resul- tado era negativo em R\$ 8,332 bilhões. Em 12 meses até fevereiro, o governo central apresenta um déficit de R\$ 106,2 bilhões - equivalente a 1,61% do PIB. Para este ano, a meta fiscal admite um déficit de R\$ 159 bilhões nas contas do governo central. Na semana passada, o governo elevou o bloqueio no Orçamento para R\$ 18,2 bilhões, a fim de evitar o des- cumprimento da meta. As contas do Tesouro Nacio- nal, incluindo o Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 4,821 bilhões em fevereiro. No acumulado do ano, o supe- rávit primário nas contas do Tesouro Nacional (com BC) é de R\$ 40,689 bilhões. As contas apenas do Banco Central tive- ram déficit de R\$ 4 milhões em fevereiro e de R\$ 63 milhões nos

dois primeiros meses do ano. O resultado do INSS, por sua vez, foi um déficit de R\$ 14,472 bilhões no mês passado. Já no acumulado do primeiro bimes- tre, o resultado foi negativo de R\$ 28,926 bilhões. As receitas do governo tive- ram em fevereiro alta real de 9,8% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas tiveram redução real de 0,6% na mesma base de comparação. No primeiro bimestre, as receitas do governo central avan- çaram 10,3% ante igual período de 2017, já descontada a infla- ção. Enquanto isso, as despesas subiram 0,6% na mesma base de comparação. Mesmo com a devolução de R\$ 30 bilhões em recursos pelo BNDES, o Tesouro ainda pro- jeta uma insuficiência de R\$ 203,4 bilhões para o cumpri- mento da chamada regra de ouro do Orçamento, que impede

a emissão de títulos da dívida para o pagamento de despesas correntes. Antes, o rombo na regra pre- visto para este ano era de R\$ 208,6 bilhões. Isso significa que, mesmo com a devolução pelo banco de fomento, a insuficiên- cia só diminuiu R\$ 5,2 bilhões, de acordo com os dados do Tesouro Nacional. No acumulado em 12 meses até fevereiro, o governo já apu- rou uma insuficiência de R\$ 22,6 bilhões para o cumprimento da regra de ouro, o que significaria o descumprimento da norma cons- titucional em caso de fechamento do ano. Desrespeitar a regra de ouro é crime de responsabilidade dos gestores, inclusive do presi- dente da República. O Tesouro ressalta, porém, que a apuração da regra de ouro é feita apenas em bases anuais, ou seja, após os meses de dezem- bro de cada ano. “A apuração acu-

mulada em 12 meses não atesta o cumprimento da regra de ouro”, diz o órgão. As despesas sujeitas ao teto de gastos avançaram 2,5% no pri- meiro bimestre de 2018. A regra prevista pela Emenda Constitu- cional 95 permite um crescimento nominal de 3% neste ano. No entanto, como as despesas do governo ficaram abaixo do limite no ano passado, na prática essa margem é maior, de 7,1%. Cada poder ou órgão tem seu próprio limite de gastos e mar- gem de enquadramento para o cumprimento da regra constitu- cional. A variação permitida para cada um deles pode ser distinta do porcentual global. Diante dessas margens, estão hoje desenquadrados o Poder Judiciário (com alta de 9,7% nas despesas, ante margem de 7,2%), e o Ministério Público da União (com avanço de 7,8% nos gastos, contra margem de 1,7%).

Entre os órgãos, estão acima do limite a Justiça Federal (alta de 7,5% nos gastos, contra 5,6% de margem), Justiça do Traba- lho (12,1% de alta nas despesas, contra 6,8% de margem), Jus- tiça do Distrito Federal e Terri- tórios (aumento de 6,7%, con- tra margem de 2,7%) e MPU (avanço de 7,8%, contra 1,7% de margem). O Tesouro ressalta que o cum- primento ou não do teto de gastos é apurado em base anual. O órgão informou também que vai antecipar para março e abril o pagamento de precató- rios. A maior parte dos paga- mentos de precatórios tradicio- nalmente é feita em novembro e dezembro, mas o Tesouro tem feito um esforço de antecipação. Em 2017, os pagamentos foram antecipados para maio e junho. “A antecipação dos pagamentos implica economia de despesa pri- mária”, disse.

SEM ESPAÇO

Tesouro: ‘Déficit previdenciário crescente retira investimento’

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, alertou para o crescimento do déficit da Previdência Social, que no primeiro bimestre atin- giu R\$ 28,926 bilhões - alta real de 4,5% em relação aos dois primeiros meses do ano passado. A secretária desta- cou que o aumento do défi- cit tem retirado espaço dos investimentos e das políticas sociais. No primeiro bimes- tre, as despesas com o paga- mento de benefícios previden- ciários atingiram R\$ 87,909 bilhões, com incremento de R\$ 3,2 bilhões em apenas dois meses. A secretária destacou que o comportamento das con- tas do governo em fevereiro, que registraram déficit de R\$ 19,293 bilhões, refletiu efeitos sazonais, como o pagamento do abono salarial e transferên- cias para Estados e municí- pios de receitas que são com- partilhadas com os governos regionais. Ela informou ainda que em março e abril o Tesouro vai antecipar o pagamento de R\$ 26 bilhões de precatórios, numa estratégia para reduzir os gastos. Vescovi previu ainda uma estabilização das despe- sas discricionárias (não obriga- tórias) em 2018. Segundo a secretária, o crescimento per- sistente das despesas obrigató- rias implicou retomar o pata- mar das despesas discricioná- rias de 2009.

O governo já pagou R\$ 46,0 bilhões em despesas acumuladas em anos ante- riores, os chamados restos a pagar (RAP), em 2018, infor- mou o Tesouro Nacional. Mesmo assim, ainda resta um estoque de RAPs de R\$ 95,1 bilhões. Ana Paula informou que R\$ 4,5 bilhões desse estoque são restos a pagar processa- dos, despesas já reconhecidas pelo governo mas ainda pen- dentes de pagamento. “Observamos um cresci- mento muito acentuado nos restos a pagar nos últimos anos, que competem com despesas do exercício atual. Houve redução nos últimos dois anos, mas ainda temos esses valores para 2018”, disse a secretária. No ano passado, foram ins- critos R\$ 108,8 bilhões em RAP, sendo que quase metade foi paga no próprio exercício. Nos últimos anos, a média de pagamento dos restos a pagar no mesmo exercício tem sido de 51,2%. Ana Paula lembrou que o Tesouro está estudando o can- celamento de parte dos RAPs não processados - a maior parte do estoque atual - para ajudar no cumprimento da chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de títu- los da dívida para pagar des- pesas correntes, como salário. “Estamos propondo o cancela- mento, dentro de algumas

prioridades, para equacionar a regra de ouro”, disse. Ana Paula disse que a dis- cussão sobre a reoneração da folha de pagamento das empresas “está sendo feita com o objetivo de destinar esses recursos para a segu- rança”. A não aprovação do projeto de lei que reverte o benefício concedido às empre- sas tem impacto negativo de R\$ 6,6 bilhões no Orçamento, destacou a secretária. “Se não tivermos reone- ração aprovada, significa que teremos menos receitas previden- ciárias e mais despesas. A aprovação da medida abre espaço no teto ao reduzir des- pesas e eleva a receita previ- denciária”, destacou. Só em receitas, o impacto é proje- tado em R\$ 5,3 bilhões. Em despesas, a expectativa é de economia de R\$ 1,4 bilhão se a medida for aprovada. O governo tem tentado convencer parlamentares a aprovar a reoneração da folha para 50 setores da economia nos moldes do projeto de lei original enviado ao Congresso. Mas há forte resistência à pro- posta e o próprio relator, depu- tado Orlando Silva (PCdoB- -SP), já disse que vai prom- over alterações para resguardar alguns setores da reoneração. Qualquer mudança no sen- tido de manter regras mais benéficas às empresas afeta o impacto a ser obtido pelo governo com a medida.

BANCO CENTRAL

BC confirma possibilidade de novo corte de juros em maio

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, pelo Banco Central, repete que auto- ridade monetária vê como apro- priado - neste momento - um corte adicional na taxa de juros. “O Comitê julga que este estí- mulo adicional mitiga o risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas”, repetiu a ata. Na próxima reunião em maio, reforçou, porém o documento, essa visão pode se alterar e levar à interrupção dos cortes na Selic. O BC explicou por que o colegiado decidiu deixar a porta aberta para um novo corte na Selic na próxima reunião, em maio. O documento informa que houve consenso no Copom de que a evolução da conjuntura, do cenário básico e do balanço de riscos tornou clara a neces- sidade de um ajuste da política monetária em relação ao movi- mento que havia sido sinalizado como mais provável na reunião anterior, que era de encerramento do ciclo de cortes na taxa Selic. Parte desse ajuste, considerou o Copom, ocorreu com a redução na semana passada do juro básico da economia em 0,25 ponto por- centual, para 6,5% ao ano. O BC lembrou que o 12º corte consecu- tivo na Selic já estava refletido nas projeções de analistas e na estru- tura a termo das taxas de juros. “Entretanto, os membros do Copom concluíram pela neces- sidade de tornar a política mone- tária um pouco mais estimula- tiva”, acrescentou o documento.

De acordo com a ata, o comitê jul- gou que a dinâmica das diversas medidas de inflação subjacente sinalizava maior risco de poster- gação da convergência da inflação rumo às metas, por isso um novo corte na Selic mitigaria este risco. Além disso, mesmo em cená- rios com a Selic já em 6,5%, as perspectivas de inflação con- tinuaram caindo no horizonte relevante, principalmente para 2018. “O Copom decidiu, por- tanto, sinalizar que, para a pró- xima reunião, uma flexibilização monetária moderada adicional se mostra adequada sob a ótica atual”, explicou a ata. O BC informou ainda que essa visão para a próxima reu- nião poderá se alterar e levar à interrupção do processo de fle- xibilização monetária, no caso dessa mitigação de riscos se mos- trar desnecessária. A ata também reafirma que os próximos passos da política monetária continuarão depen- dendo da evolução da atividade econômica, do balanço de ris- cos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação. O Banco Central manteve sua projeção para a alta dos pre- ços administrados em 2018, con- forme a ata do último encontro do Copom. Para este ano, o índice calculado continuou em 4,8%. No caso do próximo ano, o porcentual caiu de 4,1% para 3,8%. As estima- tivas anteriores constavam na ata da reunião do Copom de fevereiro.

O Relatório de Mercado Focus indicou ontem que a esti- mativa para 2018 no mercado financeiro é de elevação de 4,90% dos administrados. Para 2019, a expectativa está em 4,50%. A ata indicou ainda que a pro- jeção para o IPCA de 2018 no cenário de mercado está em 3,8%. A previsão para 2019 também é de 4,1%. Estes são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado, na semana passada, quando a Selic (a taxa básica de juros) foi cortada em 0,25 ponto porcentual, de 6,75% para 6,50% ao ano. Foi a 12ª redução con- secutiva da taxa, para o menor patamar da história. As projeções do cenário de mercado levam em conta taxas de juros e câmbio variáveis, apu- radas pela pesquisa Focus do BC. Segundo a ata, essas estimati- vas consideram taxas de câm- bio de R\$ 3,30 e R\$ 3,39 ao final de 2018 e de 2019, respectiva- mente, além da Selic em 6,5% ao ano ao fim 2018 e em 8,0% a.a. ao fim de 2019. Nesse cenário do Banco Cen- tral, as projeções indicam que a instituição caminha para o cum- primento da meta de inflação em 2018, mas a inflação esperada caminha em direção ao piso. Isso porque o centro da meta para este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto por- centual (inflação entre 3,0% e 6,0%). No caso de 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 2,75% a 5,75%).